



Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre os processos de revalidação e de reconhecimento de diplomas expedidos por instituições de educação superior estrangeiras, e a Lei nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida), para dispor sobre as instituições aptas a participar do exame e do processo de revalidação de diplomas médicos e para determinar a realização, em caráter emergencial, de uma edição do exame.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 48.

.....
§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por instituições estrangeiras de ensino superior serão revalidados por instituições de ensino superior que tenham, além de competência para emitir diploma em curso do mesmo nível e área ou equivalente, avaliação 4 e 5 no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Os diplomas de mestrado e de doutorado expedidos por instituições estrangeiras só poderão ser reconhecidos por instituições de ensino superior que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior, bem como avaliação 5, 6 ou 7 no Sistema de Avaliação da Pós-graduação ou conceito equivalente, nos termos de regulamento.

§ 4º A União indicará as instituições estrangeiras de ensino superior ou seus cursos cujos diplomas terão processo de revalidação ou reconhecimento simplificados, com prazo de 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, respectivamente, contado da entrega da documentação necessária.



§ 5º Os diplomas relativos às instituições e aos cursos que não compuserem a relação a que se refere o § 4º serão apreciados no prazo de 90 (noventa) dias, contado da entrega da documentação necessária.

§ 6º Caso os pedidos de revalidação ou reconhecimento de diplomas estrangeiros sejam indeferidos, as respectivas solicitações serão devolvidas aos interessados nos prazos indicados nos §§ 4º e 5º com as devidas justificações.

§ 7º O processo de revalidação de diplomas de que trata este artigo poderá ser substituído ou complementado por provas ou exames organizados e aplicados pela própria instituição de ensino revalidadora, ressalvados os casos regulados por lei específica.

§ 8º A instituição de ensino revalidadora poderá decidir pela necessidade de realização de estudos complementares pelo solicitante, que ela própria oferecerá ou que poderão ser feitos, com sua anuência, em outra instituição.

§ 9º A União definirá parâmetros nacionais para a cobrança de valores relativos aos processos de revalidação e de reconhecimento de diplomas expedidos por instituições estrangeiras de ensino superior, garantida a isenção aos requerentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, nos termos do regulamento, bem como disporá sobre parâmetros nacionais, requisitos mínimos e critérios de monitoramento e avaliação relativos a esses processos.” (NR)

Art. 2º O § 4º do art. 2º da Lei nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

§ 4º O Revalida será aplicado semestralmente, na forma de edital a ser publicado em até 60 (sessenta) dias antes da realização do exame escrito, constituindo ato de improbidade a omissão da sua realização, punível na forma da legislação vigente.

.....” (NR)

Art. 3º A Lei nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 3º-A e 3º-B:

“Art. 3º-A. O Revalida será acompanhado pelo Conselho Federal de Medicina, facultada a participação, na segunda etapa do exame, de instituições de educação superior públicas e privadas que tenham curso de Medicina com avaliação 4 e 5 no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), nos termos de regulamento.

Parágrafo único. As instituições de educação superior públicas e privadas interessadas em participar do Revalida firmarão ato de adesão voluntária, cujos critérios serão definidos em regulamento.”

“Art. 3º-B. O Revalida será realizado, em caráter emergencial, no prazo de até 90 (noventa) dias do início da vigência deste artigo.



§ 1º Poderão participar do exame emergencial os portadores de diplomas médicos expedidos por instituição de educação superior estrangeira, exigindo-se a residência legal no Brasil, no caso dos estrangeiros.

§ 2º O Revalida emergencial será realizado conforme os termos desta Lei, observando-se, em caráter excepcional, o prazo de até 15 (quinze) dias antes da realização do exame escrito para a publicação do respectivo edital.

§ 3º Os aprovados no Revalida nos termos deste artigo atuarão, prioritariamente, em ações de combate à Covid-19.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de agosto de 2020.

Assinatura manuscrita de Davi Alcolumbre em tinta azul.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal